



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**INAIÊ CALDAS LINS VOLTA**

**O IMPACTO DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL  
FRENTE AO PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

**CAMPINA GRANDE  
2024**

INAIÊ CALDAS LINS VOLTA

**O IMPACTO DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL  
FRENTE AO PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Bacharelado em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

**Área de concentração:** Psicologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares

**CAMPINA GRANDE  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

V935i Volta, Inaie Caldas Lins.

O impacto do vínculo afetivo no desenvolvimento infantil frente ao processo de adoção tardia [manuscrito] : uma revisão integrativa / Inaie Caldas Lins Volta. - 2024.

44 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares, Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS. "

1. Vínculo afetivo. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Adoção tardia. I. Título

21. ed. CDD 362.734

INAIÊ CALDAS LINS VOLTA

O IMPACTO DO VÍNCULO AFETIVO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL FRENTE  
AO PROCESSO DE ADOÇÃO TARDIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento do Curso de Bacharelado em  
Psicologia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Aprovado em: 11/06/2024.

**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Dra. Livânia Beltrão Tavares



Prof. Esp. Thiago Silva Fernandes



Profa. Dra. Viviane Alves dos Santos Bezerra

Enquanto houver você do outro lado,  
daqui eu consigo me orientar, a minha  
mãe, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ter me guiado até aqui, sempre pensei que ter o controle das coisas seria a melhor forma de chegar aos lugares que eu sonhava, mas desde 2019 Ele me mostrou que eu posso sonhar bem mais alto e que talvez eu ainda não soubesse o meu caminho, mas agora eu sei. Agradeço a Maria, por ter sido meu colo, afago e auxílio quando pensei que não conseguiria, obrigada por sempre me cobrir com teu manto e me fazer sentir teu amor em cada momento.

A minha mãe Andrea, agradeço por nunca ter desistido de mim, por sempre me dizer que posso ser maior do que meus medos e por me permitir errar. Obrigada por todas as orações, por ser forte, amável e por me fazer querer sempre ser alguém melhor. Sempre foi por você e graças a você.

Aos meus irmãos, agradeço por me darem a certeza que nunca estarei só. Vocês me mostram que a vida pode ser leve e que nos dias difíceis eu ainda poderei, no fim de tudo, rir com vocês. Agradeço em especial a Mariah, por me conhecer mais do que eu mesma e me amar da mesma forma, você me faz acreditar que anjos da guarda realmente existem. Aos meus irmãos, Lucas e Alex, agradeço por todo apoio, risadas e por terem me dado a chance de ser tia, Maria Alice e Dante tornam minha vida mais feliz.

Aos meus animais, agradeço por chegarem até mim quando eu nem sabia que precisava, vocês me dão a certeza de que viver é bom e estarão sempre marcados em mim.

Ao meu namorado José Flavio, agradeço por ter chegado até mim no momento exato. Obrigada por todo o suporte, cuidado, admiração e por ter tornado as últimas páginas desse capítulo mais bonitas.

Á minha prima Carol, agradeço por toda admiração e por ter me feito olhar para o lado certo, dividir a vida com você é um privilégio.

Á minha amiga Analu, agradeço por ter me mostrado que a vida acadêmica também é feita de afetos, te agradeço por todas as memórias que construímos, por todo apoio, acolhimento, risadas e compreensão, compartilhar esses anos com você me fez perceber que certas amizades apenas são para ser, você foi/é essencial. Te admiro e torço por você. Parece que nós conseguimos, Analu!

Aos amigos que fiz durante a jornada acadêmica, agradeço por tornarem meus dias mais leves, saibam que quando o futuro me alcançar, lembrarei de vocês com carinho e admiração.

Aos amigos que dividem a vida comigo antes mesmo que eu soubesse o quão longe eu chegaria, agradeço por toda admiração, acolhimento e cuidado, vocês são parte de quem eu sou. Agradeço a Vivian, por acreditar em mim, por toda paciência e atenção, você foi minha luz, obrigada por permanecer. A Mayra e Karine, agradeço por estarem por aqui e me lembrarem que as coisas sempre dão certo no final. A Ellen agradeço, por toda empolgação sempre que me ouvia falar sobre meu tema, você me fez acreditar que daria certo.

À Livânia, minha orientadora, minha admiração e gratidão por ter aceitado me guiar neste último ano. Obrigada por ter me dito para seguir meu coração e escrever sobre aquilo que fazia ele vibrar, isso tornou tudo muito mais fácil e gratificante.

Por fim, agradeço a minha banca examinadora por terem cruzado meu caminho durante a graduação, a vocês toda minha admiração e gratidão.

“A infância é um chão que pisamos a vida inteira”

- Lya Luft



## RESUMO

O apego é compreendido como uma condição biológica inata dos seres humanos, o sujeito busca inconscientemente o contato com o outro, a fim de experimentar sentimentos de segurança e pertencimento, assim, a formação e manutenção dos vínculos afetivos durante a infância são essenciais para o desenvolvimento saudável. Deste modo, a presença de rupturas na fase inicial da vida repercute negativamente na estruturação do sujeito, ao passo que a exposição a figuras e/ou relações significativas podem restituir a formação de vínculos afetivos. Baseado nisso, o estudo buscou identificar como se apresentou na literatura, nos últimos dez anos, a relação entre o vínculo afetivo e o desenvolvimento infantil na adoção tardia. Para isso, este estudo tem como objetivo principal compreender, por meio de uma revisão integrativa da literatura, estudos análogos ao impacto do vínculo afetivo no desenvolvimento de crianças no contexto da adoção tardia. Foram escolhidas cinco bases de dados para busca do material, sendo elas, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(CAPES), Us National Library of Medicine and National Institutes of Health (PubMed), através de descritores referentes ao tema; após triagem e seleção dos artigos encontrados, foram incluídos e analisados 5 artigos. Os artigos utilizados obedeceram aos seguintes critérios de inclusão: estudos acerca da adoção tardia relacionados ao desenvolvimento e afetividade; artigos interdisciplinares em psicologia; artigos de base empírica, sistemática, integrativa, bem como capítulos de livros, revistas e periódicos; disponibilização de textos completos em bases de dados referentes ao período de 2014 a 2024. O método de análise utilizado foi o método de análise do conteúdo postulado por Bardin. Os resultados evidenciaram os impactos causados pela ausência da afetividade em crianças maiores que experienciam o processo de adoção, bem como a complexidade deste processo. Compreendendo assim, a adoção como meio de promover a inserção destas crianças em um lar definitivo, possibilitando ressignificar as marcas deixadas em seu desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** vínculo afetivo; desenvolvimento infantil; adoção tardia

## ABSTRACT

Attachment is understood as an innate biological condition of human beings; individuals unconsciously seek contact with others to experience feelings of security and belonging. Thus, the formation and maintenance of affective bonds during childhood are essential for healthy development. Consequently, the presence of ruptures in the early stages of life negatively affects the individual's structure, while exposure to significant figures and/or relationships can restore the formation of affective bonds. Based on this premise, the study aimed to identify, over the past decade, how the relationship between affective bonds and child development in late adoption has been presented in the literature. To achieve this, the main objective of this study was to comprehend, through an integrative literature review, studies analogous to the impact of affective bonds on the development of children in the context of late adoption. databases were selected to search for material: Electronic Journals in Psychology (Pepsic), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Virtual Health Library (BVS), Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), US National Library of Medicine, and National Institutes of Health (PubMed), using descriptors related to the theme. After screening and selecting the articles found, five articles were included and analyzed. The articles adhered to the following inclusion criteria: studies on late adoption related to development and affectivity; interdisciplinary articles in psychology; articles based on empirical, systematic, integrative research, as well as chapters from books, journals, and periodicals; availability of full texts in databases covering the period from 2014 to 2024. The method of analysis used was the content analysis method proposed by Bardin. The results highlighted the impacts caused by the absence of affectivity in older children experiencing the adoption process, as well as the complexity of this process. Thus, understanding adoption as a means to promote the integration of these children into a permanent home, allowing for the redefinition of the marks left on their development.

**Keywords:** affective bond; child development; late adoption

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 -</b>	Fluxograma das etapas de seleção e inclusão dos artigos para revisão... <b>24</b>
<b>Quadro 1 -</b>	Caracterização dos artigos incluídos na revisão... .. <b>26</b>
<b>Quadro 2 -</b>	Caracterização dos artigos incluídos na revisão... .. <b>27/28</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
NLNA	Nova Lei de Adoção
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
TJDFT	Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
2	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	15
2.1	<b>Concepção da infância</b> .....	15
2.2	<b>Desenvolvimento infantil e vínculo afetivo</b> .....	17
2.3	<b>Políticas de proteção à infância</b> .....	19
2.4	<b>Adoção tardia</b> .....	21
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	23
4	<b>RESULTADOS</b> .....	25
5	<b>DISCUSSÃO</b> .....	29
5.1	<b>Adoção tardia: estigmas, desafios e motivações</b> .....	29
5.2	<b>Preparação para adoção de crianças maiores</b> .....	32
5.3	<b>Adoção mútua: vínculo afetivo e desenvolvimento</b> .....	33
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história o paradigma acerca da infância passou por constantes transformações, em que, por muito tempo, as crianças eram entendidas como adultos imperfeitos ou como adultos em miniatura. Na sociedade medieval, como evidenciava Áries (1981) a partir do momento em que a criança começava a agir sozinha, sem solicitude da mãe, ela integrava na sociedade dos adultos sendo agora um deles, assim, as crianças eram vistas e representadas como adultos até mesmo na maneira de se vestir, não existindo um tratamento que pudesse oferecer o sentimento de infância. No século XVIII esse sentimento se consolida e a concepção de infância se faz, em que as crianças passam a ser consideradas biologicamente, tendo suas particularidades e sentimentos respeitados (Heywood, 2004).

Assim, conforme a sociedade passava por mudanças significativas acerca do conceito de infância, os indivíduos buscaram formas de assegurá-la como um espaço singular e de acolhimento, com o objetivo de oferecer uma fase feliz e de contato com a natureza, ficando sob a responsabilidade dos seus responsáveis, reconhecê-la, primá-la e defendê-la (Gagnebin, 1997). Dessa forma, a infância que antes era vista sob uma perspectiva fantasiada, como um período mágico e lúdico, excluindo aspectos existentes em determinados contextos sociais, passou a ser vista na modernidade sob uma ótica histórico-social, sendo condicionada por diversos fatores, tanto sociais, como econômicos, culturais e políticos. Assim a sociedade passa a compreender a infância como uma classe psicobiológica e sócio-histórica, considerando suas propriedades sensoriais e intelectuais, de gênero e raça, como também quais as instituições, que através do discurso moral, apresentam influência sobre as crianças, quer seja o estado, a igreja ou a família. (Fernandes; Kuhlmann Junior, 2004).

É partindo desse contexto histórico que a atenção à infância, bem como sua importância, se estabeleceu paralelamente a consolidação de órgãos e leis que assegurassem a proteção de crianças e adolescentes, contribuindo de maneira efetiva para um desenvolvimento e crescimento saudável, considerando suas especificidades e contexto social. A Constituição do Brasil cita como dever do Estado proteger e assegurar os direitos do público infanto-juvenil (Constituição Federal, 1988), cabendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1999) garantir a sua proteção integral por meio da preservação dos vínculos familiares e comunitários, conforme previsto no artigo 19, e atribui a condição de criança a todos os indivíduos com até 12 anos incompletos de idade, e de adolescente às pessoas com idade entre 12 e 18 anos (Lei n. 8.069, 1990). Definindo que, em caso de ameaça ou violação de direitos de crianças e

adolescentes, é através do ECA que serão determinadas, entre outras medidas, que autoridades competentes determinem o acolhimento em entidade (Lei n. 8.069, 1990), sendo, em último caso, realizada a destituição do poder familiar (ação jurídica aplicada a situações de extrema violência, abandono e negligência, nas quais os pais, sendo considerados incapazes de desempenhar a função de paternidade/maternidade, perdem a posição de direitos e deveres em relação aos filhos (Gonçalves, 2011). Assim, a “Nova Lei da Adoção” (Lei n. 12.010, 2009), em vigência até os dias atuais, destaca prevalência do bem-estar da criança em relação ao tempo que o judiciário emprega na decisão acerca da reinserção da criança – em instituição de acolhimento – em sua família de origem ou extensa, sendo em último caso possibilitada a adoção.

Ao falar do processo de adoção podemos considerá-lo uma das possíveis formas de filiação que estabelece relações parentais entre pessoas que não possuem vínculo biológico, funcionando também como meio de garantir o direito à convivência familiar de crianças e adolescentes que foram retirados de sua família de origem, seja por maus tratos, negligência, abuso ou entrega legal das crianças (Palacios, 2007; Simões, 2014). Entre as possibilidades de adoção, a adoção de crianças maiores de dois anos de idade é caracterizada como adoção tardia (Levinzon, 2014). Assim, a criança que passa pelo processo de adoção tardiamente participa de maneira ativa do processo, demandando flexibilidade e compreensão de seus possíveis pais (Bicca & Grzybowski, 2014).

Algumas pesquisas acerca da adoção tardia pontuam que grande parte da sociedade alimenta estigmas relacionados ao medo de adotar crianças mais velhas devido aos possíveis maus hábitos que trariam e a dificuldade de educá-las a partir de suas crenças, dessa forma, acreditam que ao adotar bebês torna-se mais fácil esconder deles a verdade e assim imitar uma família biológica (Weber, Gagno, Cornélio & Silva, 1994; Weber & Cornélio, 1995; Weber & Gagno, 1995 apud Ebrahim, 2011). Partindo dessa perspectiva os adotantes tendem a alimentar certa angústia em relação aos rompimentos iniciais das crianças, considerando a adoção de crianças maiores insatisfatórias devido a possibilidade do filho adotivo apresentar dificuldades psicológicas, escolares e psiquiátricas. Além da apreensão em relação à formação de vínculos de apego às novas figuras parentais (Ijzendoorn & Juffer, 2006).

Dessa forma, é importante compreender o processo de adoção tardia como complexo, permeado por estigmas e rupturas, bem como sentimento de angústia e insegurança experimentados por essas crianças, desde sua origem até o processo de adoção. Johnson (2002) destacou que a adoção apresenta efeitos positivos sobre o desenvolvimento de crianças que são separadas de seus pais biológicos, mesmo aquelas na fase inicial da vida experimentaram

situações de negligência e abuso, demonstrando que o meio em que a criança se cresce é capaz reverter os danos causados no desenvolvimento, auxiliando na estruturação do trauma físico e emocional. Assim, este estudo buscou, através de uma revisão integrativa da literatura, compreender o impacto do vínculo afetivo no desenvolvimento de crianças no contexto da adoção tardia.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Concepção da infância

Heywood (2004) pontua que a fascinação pelos anos da infância pode ser entendida como fenômeno relativamente recente, pois ao longo dos anos o conceito de infância passou por diversos desdobramentos para que as crianças fossem compreendidas, atualmente, como indivíduos de natureza singular, sendo caracterizadas como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio (Brasília, 1998). O século XII foi marcado por uma infância em que o índice de mortalidade era considerado alto devido às más condições de saúde e higiene, e mesmo as crianças que conseguiam se desenvolver só possuíam uma identidade própria quando mostravam-se capazes de realizar atividades semelhantes aos adultos, com as quais já “cresciam” habituadas.

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei de “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (Áries,1981, p.10).

Vale ressaltar que a celebração de um nascimento variava de acordo com o sexo da criança, assim, ao nascer uma criança do sexo feminino elas costumavam ser consideradas fruto de relações sexuais corrompidas pela enfermidade, libertinagem ou a desobediência a uma proibição (Heywood, 2004), diferentemente da criança do sexo masculino que era considerado valoroso. A arte também ignorava a infância, retratando as crianças não só por suas características particulares, mas apenas como homens de tamanho reduzido.

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse 2 mundo. (Áries,1981, p.50).

No século seguinte, começou a ser atribuída à infância formas de pensar, como também sentimentos antecedentes à razão e aos bons costumes, os adultos tornaram-se responsáveis pelo desenvolvimento do caráter e razão na criança, dessa forma, ainda no século XIII a criança não era entendida com um indivíduo constituído de diferenças e semelhanças, muito menos como um ser total em sua originalidade de pensamento, mas como uma página em branco que deveria ser preenchida e assim, preparadas para vida adulta. Heywood (2004) traz que é a “descoberta” da infância só surge com o passar dos séculos XV, XVI e XVII, quando ela

finalmente tornaria-se reconhecida como uma fase que exige tratamento especial, “uma espécie de quarentena”, para que só assim pudessem ser parte constituinte do mundo dos adultos. Esta mudança de padrão no conceito de infância encontra-se paralelamente ligada ao fato das crianças serem consideradas uma versão incompleta dos adultos. Sendo assim, como bem pontuou Bujes (2001), este percurso da infância, como é vista nos dias atuais, só foi possível através das diversas mudanças sociais, que modificaram a maneira de pensar o que é ser criança na sociedade e a importância que foi dada ao momento específico da infância.

Foi então a partir da tomada de consciência sobre a importância das experiências da primeira infância- crianças de 0 aos 6 anos-, que se deu início a criação de políticas e programas que tivessem como objetivo a promoção da ampliação de condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças, que passaram por sua vez a ocupar um lugar de destaque social.

compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas características comuns do ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, 1998, p.22).

Assim, entende-se que as crianças dos dias de hoje podem ser compreendidas como portadoras de uma natureza singular, sendo caracterizada como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, ou seja, durante o processo de construção de conhecimento, “as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar”, esse conhecimento construído pela criança é entendido como resultado de um trabalho intenso de criação, significação e ressignificação, como mostrado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998).

O interesse nos primeiros anos da vida dos indivíduos surge na história do estudo científico do desenvolvimento humano, com a preocupação em relação a atenção que deveria ser dada à educação das crianças, como também sua própria conceituação como um período particular do desenvolvimento. Hartup (2000) assegura que é a partir da análise histórica que se torna possível, ao que se ordena o passado, que se desenvolvam modelos de comparação que permitam a análise das contribuições atuais e futuras. Torna-se necessário compreender o desenvolvimento humano como sendo constituído por variáveis afetivas, cognitivas, sociais e biológicas ao longo do ciclo de vida, fazendo assim, conexão entre as mais diversas áreas do

conhecimento como biologia, antropologia, sociologia, educação, medicina, psicologia e entre outras.

Os primeiros estudos acerca do desenvolvimento infantil na área da Psicologia surgem no final do século XIX, apoiado no movimento funcionalista, que tinha seu objetivo focado na adaptação do sujeito ao meio. A partir disto, Stanley Hall nos Estados Unidos, em 1882, enfatizava a importância do estudo psicológico da criança, entendendo o conceito de desenvolvimento psicológico e evidenciando a necessidade da aplicação da psicologia no meio educacional. É interessante pensar na possibilidade da urgência de estudos sobre a infância como marco no campo de uma ciência em desenvolvimento -como era a Psicologia no século XIX-, a uma demanda acerca de tarefas de predição e controle, aliadas as práticas de intervenção e regulação social. Rose (2001) propõe a discussão acerca da Psicologia como resultado da história, surgindo no século XIX, entendendo que é nesse contexto histórico-social que o ser humano começa a ser compreendido em termos individuais que são vistos como eus, equipados com um domínio interior e estruturados a por meio da interação entre suas experiências de vida e determinadas leis gerais do desenvolvimento humano.

## **2.2 Desenvolvimento infantil e vínculo afetivo**

Algumas teorias postulam que é a partir da interação com o outro que o indivíduo estabelece suas primeiras noções de desenvolvimento. John Bowlby (1989) definiu o apego como um mecanismo básico dos seres humanos. O apego se estabelece como um comportamento biologicamente programado, tal qual os mecanismos de alimentação e sexualidade, sendo classificado como um sistema de controle homeostático, que funciona dentro de outros sistemas de controle comportamentais. O mecanismo de apego se estrutura como uma função inata do sujeito e que se molda ao longo da vida, a partir das relações que estabelece, se caracterizando como algo herdado, que segundo B. Golse (1998) o que é herdado permite à espécie desenvolver melhores resultados adaptativos, tipificando sua evolução e preservação.

Nesse sentido, J. Bowlby (1969/1990) propõe a existência de dois tipos de fatores que seriam capazes de influenciar a ativação do sistema de comportamento do apego: aqueles que estivessem associados às condições físicas e temperamentais da criança, e os pertencentes a condições ambientais. Postulando ainda que interação entre estes dois fatores se caracteriza como complexas e dependentes de estimulação, que funcionaria então como uma espécie de ação direta nas respostas afetivas e no desenvolvimento cognitivo, envolvendo uma

representação mental das figuras de apego, de si mesmo e do ambiente. Considerando assim, que é através do afeto que o indivíduo estabelece uma compreensão de mundo e como se apresenta nele, então se o sujeito não está bem afetivamente, sua conduta como ser social estará comprometida, sem ênfase, sem vitalidade, sem força (Rossini, 2001).

Assim, desde do nascimento, o sujeito demanda um nível de atenção necessária para seu desenvolvimento, ao passo que os pais nutrem fisicamente a criança, também oferecem atenção e afeto, produzindo nela um sentimento de pertencimento e potencializando seus aspectos físicos, cognitivos e emocionais. Para Wallon (2010) são nos primeiros anos de vida que se desenvolvem as primeiras manifestações afetivas, em que desde do seu nascimento a criança demonstra receptividade e sensibilidade afetiva, a partir do toque, olhar e sorrisos, produzindo assim os primeiros movimentos fortes e repletos de afetividade, são estes movimentos primários que estruturam as mais diferentes emoções e por conseguinte o desenvolvimento humano.

Dessa forma, a criança que cresce em um ambiente saudável vivencia sentimentos de segurança e bem-estar, além de satisfação consigo mesma, ao passo que a criança que se desenvolve em um contexto hostil e permeado de negligências experimenta sentimentos relacionados a insegurança e ansiedade. Constatando que o desenvolvimento do sujeito no mundo, depende fortemente da existência ou inexistência do afeto experimentado desde da infância, que quando não vivenciados de maneira favorável tendem a refletir negativamente no desenvolvimento emocional, afetando diretamente seu crescimento (Winnicott, 1982).

Segundo Nardi e Dell'Aglio (2012), o amadurecimento infantil tem uma grande influência familiar, sendo as relações de apoio e afeto entre os pais e filhos fator de proteção importante para o desenvolvimento da criança. Como pontua Serra e Zaczares (1991), é na interação entre traços biológicos, psicológicos e sociais, bem como na progressão de um excelente equilíbrio entre a noção de si e as mudanças de papel próprias da vida, que acontece a maturidade psicológica, como consequência do desenvolvimento do ciclo de vida do indivíduo. Entre os aspectos particulares do desenvolvimento emocional estão o desenvolvimento do afeto, perspectiva de tempo, autonomia, independência, responsabilidade e o reconhecimento de divergências relacionadas às emoções e comportamento.

Portanto, é importante compreender a importância do ambiente em que o indivíduo cresce e as relações que estabelece com este âmbito ao longo da vida (Heumann; Cavalcante, 2018). Considerando que o desenvolvimento do sujeito se dá a partir da interação recíproca entre pessoa, processo, contexto e tempo, onde o sujeito posiciona de maneira ativa nos relacionamentos que estabelece com outras pessoas e com os elementos que constituem o seu

meio. Sendo assim, a qualidade e estabilidade das relações formadas pelo indivíduo atuam diretamente em todas as fases da sua vida (Diniz; Koller, 2010).

### **2.3 Políticas de proteção à infância**

É possível compreender a construção da infância como um processo social e histórico. Segundo Ariès (1981) diante do cenário histórico mundial, não existia preocupação em relação à distinção entre a infância e a vida adulta. É apenas com o desenvolvimento das pesquisas e avanços científicos, que a criança começa a ser compreendida como diferente do adulto, considerando aspectos físicos, sociais e psíquicos. Assim, o que diferenciava a criança do adulto baseava-se no processo de desenvolvimento, fases contínuas da infância.

Desta forma, as mudanças acerca do conceito de infância ao longo dos séculos serviram como base para as novas formas de se pensar a criança. A partir do século XX constatou-se a necessidade de desenvolver aparatos legais que fossem responsáveis por garantir os direitos das crianças e adolescentes. Sendo interessante considerar que, apesar do progresso ao longo dos séculos, o olhar para as crianças e adolescentes tinham o caráter reducionista, não sendo considerados indivíduos de direitos, assim, o Estado não possuía nenhuma responsabilidade com os “menores”, como eram chamados naquela época. (Coimbra; Leitão, 2003).

É apenas em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que crianças e adolescentes começam a ser vistos como indivíduos de direitos, como pontua Valente (2013) essa legislação pode ser entendida como um marco na visão de futuro, trazendo mudanças significativas para o cenário brasileiro. Dessa forma, a Constituição de 1988 revoga o Código de Menores e instaura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é importante compreender que o surgimento do ECA se dá após ações e movimentos sociais. (Nascimento; Lacaz; Travassos, 2010). O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta uma nova perspectiva de futuro, devido ao seu caráter de proteção integral e prevalência nos atendimentos e prioridade absoluta, e foi a partir dele que se deu a criação, no ano de 2006, do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) formado pelo poder público e entidades da sociedade civil organizada. (Nascimento; Lacaz; Travassos, 2010).

O desdobramento de políticas que sejam capazes de assegurar a segurança e os cuidados básicos destinados à fase inicial do desenvolvimento humano, vem ganhando cada vez mais contornos com o passar dos anos. Assim, o principal objetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal nº 8.069/90), é garantir a efetivação desses direitos, entendendo que eles devem ser assegurados através da família em parceria com o Estado e a sociedade, garantindo assim o direito à vida, saúde, educação, lazer, profissionalização, convivência familiar e comunitária.

A família tem lugar de destaque na vida da criança, partindo da compreensão dela como espaço propício para construção das primeiras aprendizagens, desenvolvimento da personalidade e valores do indivíduo. Assim, espera-se que o seio familiar seja equivalente a um ambiente seguro emocional e fisicamente, auxiliando de maneira efetiva no crescimento saudável de crianças e adolescentes. A questão é que algumas famílias se mostram incapazes de garantir aos seus filhos um espaço seguro e de pleno desenvolvimento, em que os menores são colocados em situações de risco através da negligência, configurando assim o âmbito familiar em questão como um meio de violação de direitos de crianças e adolescentes, sendo necessário que o Estado adote medidas de intervenção a fim de protegê-los. Assim, o ECA estabelece que pressupõe a partir do momento que a criança ou o adolescente estiver em situação de risco (Art. 98), cabe ao juiz da infância e juventude determinar medidas protetivas especificadas. Prevendo o afastamento familiar e o acolhimento em entidades institucionais nos casos em que são ameaçados ou violados os direitos das crianças e adolescentes sendo garantido seu direito à proteção integral, medida que é aplicada transitoriamente visando reintegração familiar ou colocação em família substituta (ECA, 2009).

Os serviços de acolhimento oferecidos pelo estado estão subdivididos em quatro, sendo eles: Abrigos Institucionais; Casas-Lares; Famílias Acolhedoras e Repúblicas (BRASIL, 2009). Os abrigos institucionais, segundo o ECA, devem ser empregados apenas em última instância, quando esgotadas todas as alternativas para manter a criança em seu núcleo de origem. A Nova Lei de Adoção (NLNA), a Lei 12.010/09, define que a permanência no acolhimento institucional não deve exceder o tempo de dois anos, salvo casos específicos determinados por ordem judicial, estabelecendo também a necessidade revisão da medida a cada seis meses, assegurando assim o fortalecimento dos laços afetivos e familiar como prioridade. Apesar disso, esta é uma das medidas mais eficazes e viáveis na busca por assegurar os direitos da criança e do adolescente e superar a exposição a situações de violência.

Considerando isso, entende-se o acolhimento institucional como um lugar de cuidado, funcionando como um espaço alternativo para crianças e adolescentes em situação de abandono e negligência ou quando a família se encontra temporariamente impossibilitada de, cumprir as funções básicas, como cuidado e proteção, oferecendo assim um atendimento especializado e digno (Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2008). Dessa forma, é fundamental que este espaço seja capaz de promover tanto a crianças quanto adolescentes um ambiente acolhedor e capaz de suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organização da rotina diária. Segundo Serrano (2011), os principais fatores que contribuem para o acolhimento são negligência, abandono e falta temporária de condições –

geralmente associada às dificuldades financeiras, assim, estarem alocados em um ambiente que não reproduza situações de violência, como as já experimentadas, torna-se essencial e facilita o processo de reinserção social destas crianças e adolescentes.

## **2.4 Adoção tardia**

A adoção pode ser definida como o processo definitivo e que ocorre através de uma ação judicial, com o objetivo de proporcionar o reconhecimento de filiação a uma criança cujos pais morreram, são desconhecidos, não podem foram considerados incapazes de assumi-las por autoridades competentes (Freire, 1994). Neste último caso as autoridades retiram a guarda da criança dos pais, devido à ratificação de episódios de negligência, relacionados aos direitos básicos da criança, bem como violência física e psicológica. Apesar dos contornos jurídicos que envolvem o processo de adoção, seu propósito baseia-se em proporcionar à criança ou adolescente, uma família em que ele se sinta acolhida, amada e protegida (Diniz,2010). Os seres humanos, tal como as outras espécies de animais, nascem biologicamente aptos a determinar e manter uma espécie de correlação emocional, que seja forte e profunda com a figura materna ou com alguma outra pessoa que seja capaz de representar a figura de apego primário (Hrdy, 2001).

Partindo dessa perspectiva o ser humano pode ser entendido como uma espécie destinada ao apego, dessa forma, a adoção ao passo que é capaz de cumprir seu caráter jurídico assegurando à criança e ao adolescente seus direitos básicos, como também é norteadas por preceitos afetivos que são construtos importantes para o desenvolvimento infantil. Com o passar dos anos a adoção tem sido um tema recorrente, bem como seu aspecto emergencial considerando o nível crescente de crianças disponíveis para esse processo (Camargo 2005).

O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) no ano 2024, até o mês de abril, revela que existem em torno de 33.428 crianças e adolescentes em situação de acolhimento, sendo 4.739 disponíveis para adoção, em que 1.127 delas participam do processo de busca ativa, ferramenta implementada no ano de 2017, que tem como objetivo localizar famílias para essas crianças e adolescentes que não se encaixam no perfil desejado pela maioria dos pretendentes, revelando assim a realidade angustiante das crianças maiores que estão há um tempo significativo em situação de acolhimento, aguardando uma família substituta para adoção (Conselho Nacional de Justiça, 2024).

Desde do ano de 2017 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem colocado em pauta que a faixa etária tem sido um fator determinante para adoção, constatando um crescimento significativo de crianças maiores disponíveis para adoção ao passo que o número de candidatos

que se interessam em crianças maiores apresenta uma redução significativa e que tem como impacto uma redução no quadro de adoção em um aumento no número de crianças em espera, numa espécie de janela temporal. (Conselho Nacional de Justiça, 2017). A adoção tardia é classificada como aquela que ocorre com crianças entendidas como mais velhas, partindo da percepção de que elas são capazes de compreender a si mesmas e ao outro. Assim, a criança que não depende integralmente de um adulto para atender suas necessidades básicas (Vargas, 1998).

As autoras Souza e Casanova (2014), pontuam como tardia a adoção de crianças a partir dos dois anos ou dos três anos de idade, referindo-se a idade cronológica e propondo a análise não apenas da idade biológica da criança, mas também sua idade psicológica, e que suas vivências e ambiente de origem são levados em consideração. Assim, cabe pensar a adoção tardia a partir da perspectiva de que por vezes a falta de estímulos necessários, bem como a negligência, falta de afeto e formação de laços familiares são capazes de impactar significativamente no desenvolvimento cronológico, onde a idade biológica pode não ser condizente com a estrutura comportamental da criança e do adolescente.

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), ainda demonstra que a faixa-etária não é a única particularidade considerado obstáculo para os adotantes, existindo outros aspectos que demarcam esses perfis, entres eles estão condição de saúde, grupo de irmãos, etnia, gênero e cor da pele, mas ainda assim a faixa etária continua sendo determinante para o interesse na adoção (Bernardo 2016). Partindo dessa perspectiva, é possível compreender os estigmas sociais que contornam o processo de adoção tardia, onde crianças e adolescentes que se encaixam nessa classificação são rotuladas como adoção difícil, caracterizadas principalmente por entraves e persistência, que por vezes exige dos adotantes uma posição mais incisiva frente aos preconceitos sociais e familiares. Além desses fatores existe uma resistência dos possíveis pais acerca do passado dessas crianças, compreendendo que muitos possuem uma bagagem emocional violada e expostos por vezes a situações de negligência, abusos e abandono de sua família de origem (Souza & Casanova, 2014). Assim, considerando os entraves que permeiam o processo de adoção tardia é importante direcionar o olhar para o número crescente de crianças e adolescentes em situação de acolhimento à espera de um lar, que em sua maioria experimentam diversas vezes o sentimento de abandono, contribuindo negativamente para seu desenvolvimento como ser social.



### 3 METODOLOGIA

O presente estudo utilizou o método de pesquisa bibliográfica, com abordagem de revisão integrativa de literatura, que tem como objetivo identificar, agrupar e sintetizar os resultados encontrados acerca de um determinado tema, propondo-se a auxiliar na especialização do conhecimento, bem como identificar as irregularidades presentes na literatura (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). O desenvolvimento deste estudo baseou-se nas orientações de Costa & Zoltowski (2014), sendo respectivamente: (1) delinear a questão a ser pesquisada; (2) escolha das fontes de dados; (3) escolha das palavras-chave para a busca; (4) busca e armazenamento dos resultados; (5) seleção dos artigos pelos resumos, conforme critérios de inclusão e exclusão; (6) extração de dados dos artigos selecionados; (7) avaliação dos artigos; (8) síntese e interpretação dos dados.

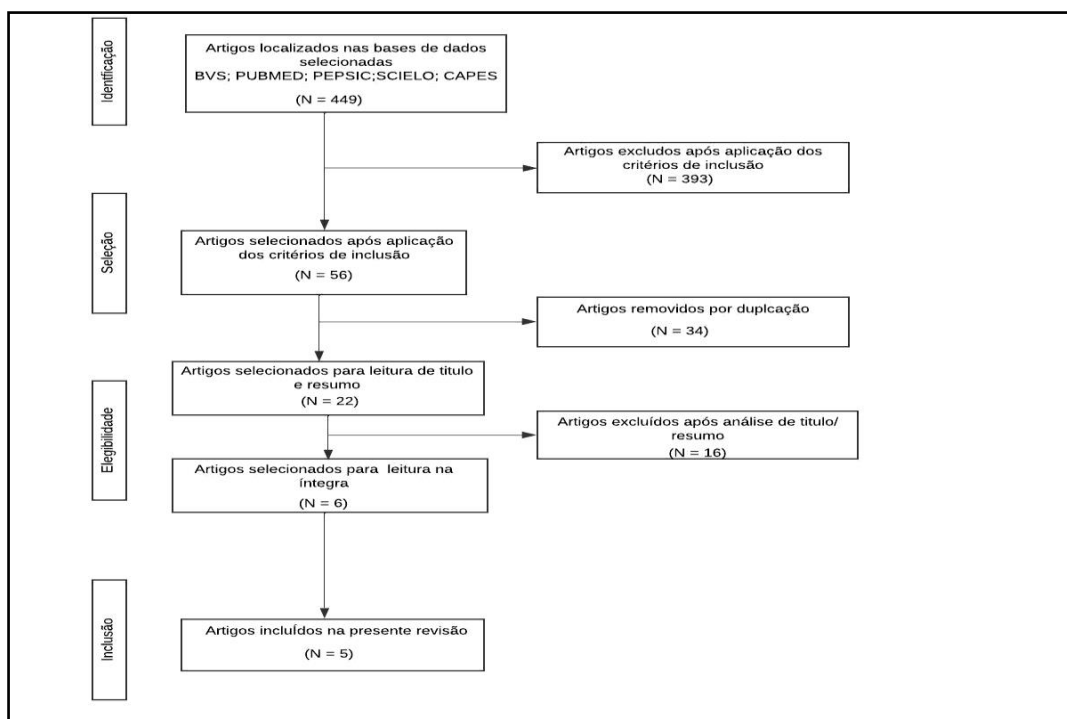
Foram escolhidas cinco bases de dados para busca do material, sendo elas, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Us National Library of Medicine and National Institutes of Health (PubMed). Os descritores foram definidos de acordo com as indicações da Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS-Psi) e do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), além disso outras palavras-chave também foram utilizadas devido a sua extensa aplicabilidade no contexto de pesquisas referentes à adoção. Segundo Costa e Zoltowski (2014) os bancos de terminologias não devem ser utilizados como critérios definitivos em casos onde os pesquisadores compreendem que existem outros construtos que também são relevantes no fenômeno estudado, assim, a abertura para o uso de outras terminologias segue a sugestão dos respectivos autores.

A busca do material bibliográfico se deu através de consultas online aos trabalhos de base científica nacionais e internacionais. Para busca nas bases de dados foi utilizado o operador booleano AND. Especificamente sobre a base de dados Pepsic, foi utilizada como métrica Estudos Interdisciplinares em Psicologia. Os descritores definidos foram: adoção tardia, vínculo afetivo e desenvolvimento infantil. A busca se deu através do uso dos termos correspondentes em português e inglês, sendo eles: (adoção tardia) AND (vínculo afetivo); (late adoption) AND (emotional bond); (adoção tardia) AND (desenvolvimento infantil); (late adoption) AND (child development); (vínculo afetivo) AND (desenvolvimento infantil) AND (adoção tardia); (emotional bond) AND (child development) AND (late adoption). Os descritores em inglês foram utilizados a fim de possibilitar um maior campo de pesquisa acerca do tema em questão. Após a pesquisa e armazenamento dos resultados, foi dado início a seleção

do material encontrado seguindo os critérios de inclusão e exclusão. Para inclusão foram utilizadas as seguintes especificações: estudos acerca da adoção tardia relacionados ao desenvolvimento e afetividade; artigos interdisciplinares em psicologia; artigos de base empírica, sistemática, integrativa, bem como capítulos de livros, revistas e periódicos; idiomas; disponibilização de textos completos em bases de dados referentes ao período de 2014 a 2024. O período demarcado é considerado amplo devido às dificuldades em encontrar estudos acerca da temática em questão. Os critérios de exclusão foram: estudos com crianças que não passaram pelo processo de adoção; estudos com intervenções grupais; estudos voltados para a conjugalidade de pais adotivos.

Assim, a partir do processo de busca e seleção nas bases de dados, foram definidos os artigos constituintes desta revisão integrativa, sendo incluídos apenas 5 artigos de um total inicial de 449. Após a aplicação dos critérios de inclusão e elegibilidade o número de artigos identificados inicialmente apresentou uma diminuição considerável, como mostrado detalhadamente na Figura 1. Em seguida foi realizada a leitura na íntegra dos artigos incluídos na revisão, que posteriormente foram avaliados através do método empírico de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), caracterizada como um conjunto de métodos de análise de conhecimento, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos do detalhamento do conteúdo da mensagem, permitindo assim a interpretação dos resultados.

**Figura 1** - Fluxograma das etapas de seleção e inclusão dos artigos para revisão



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

## 4 RESULTADOS

Os resultados aqui apresentados referem-se a análise dos 5 artigos caracterizados anteriormente e que foram incluídos nesta revisão. Cada artigo será retratado a partir do seu respectivo código de identificação: **A1; A2; A3; A4 e A5**, sendo caracterizado quanto a **área de publicação, local, metodologia, base teórica, objetivo e resultados** a fim de facilitar a compreensão.

Os artigos citados neste trabalho correspondem a publicações realizadas, em sua maioria, no período entre os anos de 2015 e 2020, sendo duas (A1 e A3) das cinco publicações realizadas no ano de 2020. O ano de 2015 (A4) é representado por uma publicação, assim como os anos de 2018 (A5) e 2019 (A2). É possível perceber também a ausência de artigos internacionais, bem como uma lacuna científica de 2 dois anos entre as publicações de 2020 e uma mais significativa entre 2020-2024, indicando um baixo ou quase nenhum número de artigos publicados por ano acerca do tema em questão em solo nacional. Em relação a área de desenvolvimento da pesquisa, o âmbito de pesquisas em Psicologia se destaca significativamente, considerando que dentre os 5 artigos apenas um se desenvolveu no campo das Ciências Sociais/Saúde Pública/ Serviços de Saúde (A1).

Considerando o método de desenvolvimento da pesquisa, verifica-se uma certa variedade, compreendendo uma revisão integrativa (A1), dois estudos de caso (A2 e A3), uma pesquisa documental teórica (A4) e um entrevista individual com roteiro semiestruturado (A5). O A1 se desenvolveu a partir da análise de 5 artigos, por meio do uso de apenas um descritor para busca nas bases de dados, com o objetivo de localizar o maior número de artigos possíveis. O A4 desenvolveu uma pesquisa documental teórica e usou como estratégia metodológica a análise da produção da legislação brasileira em termos de “adoção tardia”. O A5 realizou uma entrevista individual com roteiro semiestruturado, com 10 indivíduos independentes, sendo 3 homens e 7 mulheres, pertencentes a 3 famílias monoparentais, 3 homoparentais e 4 heteroparentais, e possuindo como critério a escolaridade superior, aqueles estão com guarda provisória ou com processo de adoção concluído, a pesquisa foi realizada a partir de questões abertas, estruturada em 7 eixos temáticos: motivação para a adoção; vivências anteriores, familiares e rede; experiências subjetivas da parentalidade, experiência da construção do vínculo e fantasias relacionadas ao filho imaginado.

Por fim, os estudos de caso foram desenvolvidos e analisados sob perspectivas diferentes. Tanto o A2 quanto o A3 utilizaram o método qualitativo como estratégia metodológica, mas os critérios de seleção e estruturação das entrevistas foram distintos. O A2

realizou a entrevista com 10 sujeitos independentes, sendo três homens e sete mulheres que adotaram crianças maiores de dois anos, em que dentre os 10 sujeitos apenas um foi selecionado para desenvolvimento do estudo de caso. O A3 foi desenvolvido com uma família de classe média, que realizou uma adoção tardia ainda em processo de legalização, em que a entrevista foi realizada com uma criança entre 6 e 12 anos de idade. Conforme mostrado no quadro 1.

**Quadro 1-** Caracterização dos artigos incluídos nesta revisão

Artigos	Título	Referência	Área de publicação	Local
A1	<b>A construção do vínculo parento-filial no processo de Adoção Tardia: uma Revisão Integrativa</b>	Lima, Bárbara Goulart; Nácul, Luisa Rebeschini; Cardoso, Nicolas de Oliveira (2020)	Ciências Sociais/Saúde Pública/ Serviços de Saúde	Brasil
A2	<b>Tornar-se mãe: Construindo o vínculo parento-filial na adoção tardia</b>	Sampaio, Débora; Dantas, Cristina Ribeiro; Féres-Carneiro, Terezinha (2019)	Psicologia	Brasil
A3	<b>Tornar-se filho: a perspectiva da criança no contexto da adoção tardia</b>	Campanha-Araujo, Ivy Campista; Nascimento, Célia Regina Rangel; Rossetti, Claudia Broetto (2020)	Psicologia	Brasil
A4	<b>Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo</b>	Leticia Vier Machado; Rodrigo Ramires Ferreira; Paulo César Seron (2015)	Psicologia	Brasil
A5	<b>Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais</b>	Débora da Silva Sampaio; Andrea Seixas Magalhães; Terezinha Féres-Carneiro (2018)	Psicologia	Brasil

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

No que diz respeito à caracterização das bases teóricas utilizadas nos artigos, conforme mostrado na figura 2, elas não se apresentaram de forma clara em todos eles, mas após a leitura ficou evidente a teoria Winnicotiana em destaque, pois dentre os cinco artigos analisados dois (A3 e A5) apresentaram esta teoria como aporte teórico, mais especificamente o A3 que foi desenvolvido a partir dos conceitos de “preocupação materna primária” e *holding* propostos por Winnicot. Outra base teórica que se apresenta é a de Bowlby através da sua teoria do apego, que define a figura de apego como fator importante para o desenvolvimento seguro da criança, sendo citada no A1. O A4 utiliza alguns conceitos da psicanálise, sobre o desenvolvimento e construção do eu, a fim de complexificar adoções tardias frustradas. Por fim, o A2 utiliza a teoria bioecológica, que propõe o desenvolvimento humano como um processo de correlação entre o sujeito em desenvolvimento e o âmbito que se encontra inserido, além de ser uma teoria que tem embasado estudos sobre adoção.

Na análise dos objetivos constata-se uma semelhança entre eles. Os artigos expostos em sua maioria estabeleceram como finalidade, compreender a construção do vínculo afetivo e a repercussão intrínseca no desenvolvimento da criança no processo de adoção tardia, sendo os estudos desenvolvidos sob perspectivas diferentes. O A1, assim como o A4 estabelecem como objetivo compreender os desafios e motivações do processo de adoção tardia bem como a influência desses aspectos no desenvolvimento do vínculo parento-filial, se diferenciando pela discussão acerca do termo “adoção tardia”, que se apresenta no A4 sendo substituído pelo termo “crianças maiores”. O A2 busca investigar a construção do vínculo parento-filial, ao passo que o A3 busca compreender a percepção da criança acerca do processo de tornar-se filho de novos pais, na adoção tardia. Por fim, A5 apresenta como finalidade investigar a vivência em casas de acolhimento, assim como o impacto do histórico prévio da criança na construção do vínculo parento-filial.

Os resultados dos estudos evidenciaram como motivação para adoção tardia fatores relacionados à condição de infertilidade, ser um casal homoparental e vontade de desempenhar o papel de cuidador, destacando também a demora dos processos judiciais como fator negativo, que afeta significativamente o desenvolvimento do vínculo parento-filial gerando sentimentos relativos a angústia, ansiedade nos adotantes e que reverberam na criança através da hostilidade e medo do abandono (A1). Ademais, evidenciou que as negligências experiências na família de origem são capazes de impactar negativamente a adaptação da criança em sua nova família, compreendendo assim o papel do vínculo afetivo e de um o ambiente acolhedor/compreensivo como reparador de vivências anteriores, além de ressaltar a importância do processo de adoção acontecer de forma mútua e da importância da preparação prévia dos adotantes, indicando conhecer a história do desenvolvimento inicial da criança e como lidar com as dificuldades que emergem durante a adaptação à nova rotina familiar (A2;A3;A4;A5). Constata-se assim que os estudos apresentaram resultados semelhantes mesmo sendo desenvolvidos a partir de diferentes estratégias metodológicas.

### Quadro 2 - Caracterização dos artigos incluídos nesta revisão

Artigos	Base Teórica	Objetivo	Resultados
A1	Não especificado	Investigar os desafios e as motivações durante o processo de adoção tardia, assim como a influência desses fatores na construção do vínculo parento-filial.	Os principais resultados encontrados após a análise de quatro artigos, demonstraram a ansiedade dos pais adotantes durante o processo, diante da possibilidade da criança não se sentir pertencente à família, constatando também a preocupação acerca do preconceito por parte de familiares e amigos. Ressaltou também as principais motivações para adoção tardia, como condição de infertilidade, ser um casal homoparental e desempenhar o papel de cuidador, bem como a demora dos processos judiciais impactarem negativamente o desenvolvimento do vínculo parento-filial, originando um sentimento de desamparo, insegurança e ansiedade nos pais e hostilidade acrescido ao medo de abandono nas crianças.
A2	Winnicottiana	Investigar a construção do vínculo parento-filial na adoção tardia.	Os principais resultados constataram a importância da mãe colocar-se à disposição diante das necessidades da criança, possibilitando uma reparação das vivências anteriores à adoção. Destacando também a necessidade dos pais adotivos experienciarem a “preocupação materna primária”, sustentada na teoria winnicottiana que acredita que mesmo em momento tardio, os pais devem oferecer holding (sustentação) e um ambiente suficientemente bom para a criança. Pontuando ainda a importância da adoção de forma mútua, onde a criança e a mãe participam ativamente do processo, bem como ressaltou a importância da preparação para os desafios do percurso de construção do vínculo parento-filial dos pretendentes à adoção, através da colaboração dos Grupos de Apoio à Adoção.
A3	Bioecológica	Conhecer a visão da criança sobre o processo de tornar-se filho/filha de seus novos pais, em um contexto de adoção tardia.	Os principais resultados das intervenções permitiram a compreensão do movimento de silêncio da criança adotada tardiamente em relação aos conteúdos anteriores à chegada da família adotante, a construção do vínculo com a família adotiva e evidenciou a importância do sentimento de pertencimento para o desenvolvimento da criança.

A4	Psicanálise	Compreender os impasses que emergem na construção do vínculo entre pais e filhos maiores adotados e algumas contribuições teóricas sobre o estabelecimento dessa relação, bem como levantar hipóteses e produzir reflexões sobre o tema em questão.	Os principais resultados estabeleceram uma discussão acerca dos impasses que estão presentes na construção do vínculo entre pais e filhos maiores adotados, bem como contribuições teóricas acerca do estabelecimento dessa relação, problematizando os conceitos de família, "adoção tardia", a "nova" Lei de Adoção.
A5	Não especificado	investigar a vivência do período de adaptação nas adoções tardias e a repercussão do histórico pregresso da criança na construção do vínculo parento-filial.	Os principais resultados evidenciaram a importância da atenção prestada ao histórico de vivências da criança, bem como o impacto das negligências sofridas na família de origem e/ou na passagem pelas instituições de acolhimento, que contribuem para a existência de dificuldade de adaptação da criança à rotina familiar. Além de analisar a importância da nova família possuir informações essenciais sobre o início do desenvolvimento da criança, compreendendo a adoção tardia como mínima e caracterizando-a como capaz de ressignificar o passado. Por fim, aponta a necessidade de se produzir mais estudos acerca dos fatores que possam interferir na construção do vínculo parento-filial nas adoções tardias, ratificando que os resultados expostos não podem ser tomados como generalistas.

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2024.

## 5 DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo investigar a partir de uma revisão integrativa da literatura científica, o impacto do vínculo afetivo, voltado para o contexto da adoção tardia, no desenvolvimento pleno dessas crianças. Após análise dos cinco artigos que constituem esta revisão, foram identificadas quatro categorias temáticas em comum e que estavam diretamente ligadas ao objetivo deste estudo, sendo elas, respectivamente: **Adoção tardia: estigmas, desafios e motivações; Preparação para adoção de crianças maiores; Adoção mútua: vínculo afetivo e desenvolvimento.** Assim, a discussão foi elaborada a partir da apresentação dos artigos científicos de acordo com o eixo temático, caracterizados na Figura 2.

### 5.1 Adoção tardia: estigmas, desafios e motivações

O artigo A4 considera a modalidade de adoção tardia como parte constituinte das diversas mudanças que ocorreram ao longo dos anos na concepção de família, propondo uma reflexão acerca do uso do termo “adoção tardia”. Esta produção propõe que ao falar da modalidade de adoção de crianças maiores, a utilização do termo “tardia” é considerado antiquado, já que o que caracteriza a adoção tardia são crianças com o perfil de dois anos de idade em diante, sendo assim, não se trata de uma contestação entre o que seria o tempo ideal para uma adoção e uma adoção atrasada, considerando ainda que o uso do termo “adoção de crianças maiores” integra as idades entre 0-12 e 12-18 ano no conceito de “criança” (Machado; Ferreira; Seron, 2015).

Ao falar da visão da sociedade sobre a adoção de crianças maiores, compreende que os estigmas encontram-se diretamente associados à visão de família tradicional burguesa - mãe, pai e filhos biológicos-, que segundo Ariés (1973) foi construída de maneira soberana no ideal social, juntamente com a ideia de infância, refletindo acerca da importância de romper com o modelo utópico de família difundido ao longo dos anos, e começar a pensar sobre esta instituição como mutável e resultado das diversas transformações históricas. Partindo dessa concepção, o estudo analisa a legislação atual sobre adoção no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e a “nova” Lei de Adoção, compreendendo seus aspectos relacionados à adoção de crianças maiores, bem como as mudanças estruturais da sociedade estão associadas a este processo, propondo que assim como a sociedade a adoção deve se desvincular desse modelo de família ideal, permitindo

assim uma mudança do perfil de crianças e adolescentes que são selecionados pelos adotantes no Brasil, e tornando crianças e adolescentes parte do perfil tido como adotável.

O estudo aponta que, no ano de 2012 dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) que número de adotantes que procuravam crianças brancas, menores de um ano de idade, ainda era predominante, pois segundo o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), 95% dos habilitados a adotar optam por crianças brancas, meninas, com até dois anos, que não sofreram abusos e sem irmãos, acredita-se que a predileção por bebês está associada a dificuldade na educação de uma criança maior, bem como acreditando ser mais fácil estabelecer uma boa relação parento-filial sem interferência de experiências passadas. Assim, se entende como uma tentativa de minimizar os desafios do processo, acreditando que sem vivências anteriores a criança possa oferecer à família o prazer de reproduzir um modelo biológico (Morelli; Scorsolini-Comin; Santeiro, 2015). Fazendo um comparativo com o ano de 2024, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou dados disponibilizados pelo Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção (SNA), que evidenciaram que do início do ano até o mês de maio 1.247 crianças tinham sido adotadas no país, sendo 60% crianças com mais de 8 anos de idade, desse total 14% possuía algum problema de saúde e 81% eram irmãos, constatando uma mudança, ainda tímida, no perfil de crianças procuradas para adoção.

O estudo ainda define as dificuldades que permeiam o processo de adoção de crianças maiores, enfatizando que a demora no processo de destituição do poder familiar, termina privando a criança e o adolescente do direito a uma convivência familiar, como é estabelecido pelo PNCFC (2006), que garante à criança e adolescente o direito de crescer e se desenvolver em uma família substituta, sendo priorizada a adoção que possa lhes oferecer a posição de filho e integração em uma família definitiva, apontando que de acordo com o CNJ até o ano de 2015 existiam 45.531 em situação de acolhimento em território brasileiro, sendo 5.469 aptas à adoção, ressaltando que de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito das Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) o perfil de crianças abrigadas não atende os desejos estabelecidos pela sociedade sobre que se espera para adoção, pois a maioria das crianças e adolescente abrigadas são do sexo masculino, afrodescendentes e mais velhos (entre 7 e 15 anos – 61,3%). Atualmente, até o mês de maio do ano de 2024, o Brasil conta com 33.584 crianças acolhidas, em que 4.753 encontram-se disponíveis para adoção e 36.301 pretendentes aptos para adoção, de acordo com o Sistema Nacional de Acolhimento e Adoção (SNA), demonstrando tanto em 2015 quanto em 2024, o impacto da preferência e perfil de crianças disponíveis para adoção, assim, apesar de não haver diferenças entre as modalidades de adoção no âmbito jurídico, existe uma divisão entre os tipos



de adoção, já que algumas delas necessitam uma maior atenção, por serem consideradas difíceis. Sendo elas, adoção de irmão, crianças HIV positivo, adoções inter-raciais, crianças com necessidades especiais e a adoção tardia (Peiter, 2011). Assim, ao passo que o estudo reconhece os avanços alcançados através da legislação, ainda compreende a adoção circundada por diversos entraves, como preconceitos, representações sociais da família, dificuldades no âmbito jurídico, e especialmente a realidade das crianças disponíveis para adoção no país, apontando que as estatísticas revelam que a adoção de crianças maiores pode ser um processo doloroso e permeado de dificuldades (Machado; Ferreira; Seron, 2015).

O artigo A1, a partir da análise de quatro artigos, identificou a existência de desafios inerentes a construção do vínculo parento-filial no processo de adoção tardia, que foram divididas em quatro categorias, sendo elas: a) Desafios do momento inicial – sentimentos despertados e dificuldade para educar; b) preconceito – estigma por parte dos pais, amigos e família; c) rechaço à alteridade – dificuldade em respeitar os gostos inerentes do adotado; e d) o vínculo nas diferentes configurações familiares – motivações e impactos da adoção tardia.

De acordo com os autores os desafios que contornam a adoção de crianças maiores estão associados tanto aos adotados quanto aos adotantes, ao passo que a criança, pelo medo do abandono e tentativa de adaptação tende a apresentar comportamentos hostis, os pais desenvolvem sentimento de insegurança e angústia devido ao longo período de espera para efetivar a adoção (Lima *et al.*,2020). O estudo ainda aponta o papel que a rede de apoio exerce sobre a adoção, evidenciando que colocar uma criança em um uma nova estrutura familiar é um processo difícil, especificamente quando ela é mais velha, exigindo conseqüentemente um maior apoio de amigos e familiares, a fim de possibilitar uma experiência confortável para o adotado e permitindo que a criança crie o sentimento referente a ser parte de algo, assim, permitir que esse novo membro agora possua um lugar na genealogia é considerado elemento estruturante do sentimento de pertencimento (Campanha-Araujo *et al.*,2020).

Em relação ao aspecto relacionado ao rechaço a alteridade, o artigo destaca que os pais tendem a apresentar dificuldade em considerar os gostos e preferências dos adotados, o que tende a dificultar o desenvolvimento da parentalidade, pois os adotantes tendem a não considerar a criança adotada como capaz de se opor e questionar aquilo que está sendo posto (Costa e Rossetti-Ferreira,2007), mas também apontam que alguns autores sugerem que com o passar do tempo é possível que os pais desenvolvem tolerância e respeito. Por fim, evidenciam as principais condições que motivam a adoção de crianças maiores, sendo eles: grupos de apoio à adoção, casais homoparentais, ter filhos, infertilidade ou que não desejem ou possam cuidar de uma criança menor de 2 anos e desejo de desempenhar o papel de cuidador, sendo o desejo

em realizar o papel de cuidador a motivação mais frequente. Dessa forma, é possível pensar o processo de filiação, seja ele biológico ou através da adoção, um processo de busca de uma satisfação pessoal, partindo da perspectiva de que os pais tendem a depositar nos filhos, seus planos, desejos, frustrações e resignação (Ghirardi, 2015).

## **5.2 Preparação para adoção de crianças maiores**

Os artigos A4, A2 e A5 discorrem sobre esta categoria de maneira semelhante. O A4 cita a “nova” lei de adoção, instituída no ano de 2009, de nº 12.010, e propõe que mesmo que não se apresente de maneira tão evidente, esta lei demonstra um incentivo direcionado à adoção de crianças maiores. O Art.197-C em suas disposições, ressalta a necessidade do estudo psicossocial, através de uma equipe multidisciplinar a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, com o objetivo de fiscalizar a aptidão dos pretendentes à adoção, bem como a obrigatoriedade da participação destes em programas preparatórios, tanto psicológico como de incentivo a adoção de crianças maiores e adolescentes, inter-racial, com necessidades de saúde, deficiência e irmãos. Ressaltando ainda que o acompanhamento psicológico deve ser direcionado aos adotantes e adotados, funcionando como um trabalho preventivo e expiatório. Constatando que quando realizado na modalidade grupal, apresenta bons resultados, pois exerce a função de estabelecimento de local de troca de experiências, angústias, expectativas e assim por diante. Lembrando sempre de considerar as especificidades do grupo e da comarca, como é indicado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os artigos A2 e A5, pontuam a importância de compreender as reais motivações dos adotantes, na tentativa de evitar o conflito causado pela expectativa do “filho idealizado” e sua quebra em contato com o “filho real”, o que por vezes torna o processo de adaptação a nova família algo angustiante, principalmente quando se considera que por vezes a motivação dos adotantes é o altruísmo, característica presente em quem opta pela adoção de crianças maiores (Ebrahim, 2001), que quando frustrados tendem a depositar suas insatisfações na criança. Assim, os autores indicam que uma reflexão sobre o que realmente motivou a adoção é considerada primordial antes de iniciar o processo de adoção, considerando que elaborar sobre os desejos fantasiados e que estão envoltos na adoção funciona como um fator preventivo, e tende a minimizar o risco de decepções frente aquilo que possa ter sido idealizado, permitindo a formação de um vínculo filial (Sampaio; Magalhães; Machado, 2020).

O artigo A5, publicado no ano de 2018, destaca que nos últimos 20 anos, é possível perceber progressos relacionados à adoção de crianças maiores, inter-raciais, irmãos e com

necessidades especiais, através da conscientização dos candidatos a respeito do perfil da criança. Citando de maneira significativa o trabalho realizado em Grupos de Apoio à Adoção, organização sem fins lucrativos e que são coordenadas, em sua maioria, por pais adotivos, ativistas do movimento que busca romper com os antigos mitos e preconceitos acerca da adoção. Os autores citam Amim e Menandro (2007), que destacam os resultados atingidos por esse grupo, evidenciando que apenas 4% dos candidatos têm interesse em adotar crianças acima dos quatro anos de idade e após a passagem pelo grupo, esse número cresce para 20%. Em maio de 2024, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou através de dados disponibilizados pela psicóloga e Analista Judiciária da 1.<sup>a</sup> Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que o trabalho realizado por entidades e grupos de apoio com os adotantes, aumentam entre 30 e 40% o perfil para aceitar crianças mais velhas, confirmando assim uma mudança, ainda que tímida, significativa. Enfatizando ainda a realização de uma capacitação para aqueles que desejam a adoção, que funciona também como momento de autoconhecimento, construto importante para a construção de uma disponibilidade afetiva, que é a peça fundamental no estabelecimento de uma relação parento-filial. Assim, entende-se o acompanhamento e preparo psicológico dos adotantes como essencial, permitindo que estas crianças sejam colocadas em um lugar apto para protegê-los e assegurar suas necessidades afetivas (Pasian,2015).

Por fim, os artigos debatem sobre a atenção destinada ao adotado durante a preparação para ser inserido em uma nova família, enfatizando a importância de perceber e respeitar as significações que ele atribuiu à instituição de acolhimento da qual fez parte. Considerando assim os sentimentos que caracterizam a sua ligação com a instituição, idealização de lar, e compreendendo essa etapa como significativa no seu processo de desenvolvimento. Ressaltando ainda que a retirada da criança da institucionalização deve acontecer de maneira progressiva, devendo ser considerado fatores próprios do crescer, como o sentimento de perda, ao considerar os vínculos que foram construídos na instituição.

### **5.3 Adoção mútua: vínculo afetivo e desenvolvimento**

O terceiro eixo temático encontra-se presente em todos os artigos incluídos neste estudo, considerando que a construção do vínculo afetivo e o desenvolvimento são indissociáveis no processo de adoção de crianças maiores. Apesar disso, alguns deles apresentam esta categoria mais claramente, sendo eles: A2; A3 e A5.

O A2 entrevistou uma mulher de 37 anos, solteira e que tinha adotado uma criança maior de dois anos de idade há no mínimo seis meses, na época da entrevista a criança estava com seis anos de idade e o processo de adoção já tinha sido concluído. O estudo de caso traz apontamentos relacionados à importância de compreender o período antes da adoção, buscando entender os reais motivação para adoção, bem como a preparação e o suporte recebido, apresentando as dificuldades envolvidas no período de apadrinhamento, aquele que ocorre antes de se iniciar o processo de adoção. Através da entrevista o estudo expõe o desejo de ser mãe como motivação principal e o receio existente durante o processo de aproximação com a criança na instituição de acolhimento.

Os autores referenciam o período inicial de aproximação como uma “gravidez psíquica” e de extrema importância, pois neste período de espera, estariam sendo desenvolvidas as primeiras ideias a respeito do filho real e do filho imaginado (Gomes e Levy, 2016). É durante esse primeiro contato que se percebe as primeiras reações de “testagem” da criança para com o adotante, que muitas vezes se apresenta através de choros contínuos e comportamentos ariscos, como é o caso da adoção em questão, sendo considerado parte do processo de estruturação da filiação, considerando que muitas vezes as crianças utilizam o ódio como forma de validação, e quando não consegue manifesta-lo, pode não se permitir experienciar o amor (Winnicott, 1947). Outro fator importante para parentalidade adotiva apresentado, é o acolhimento de os membros da família, inclusive a extensa- avós, tios, amigos e etc-, compreendendo que é a partir do momento que a família adotiva oferta um lar bom e acolhedor, a adoção tende a ser bem-sucedida (Winnicott, 1997/1995).

Os resultados da pesquisa evidenciam que o processo de adoção, assim como a formação do vínculo afetivo parento-filial acontece de forma mútua, ao passo a família acolhe a criança, a família também é acolhida por ela, característica muito presente em casos de adoção tardia, em que a criança tende a delimitar seu espaço em relação aos pais, demonstrando que o vínculo acontecerá apenas de forma recíproca, exigindo paciência e atenção dos adotantes. Considerando assim a importância da identificação e receptividade, para que seja possível satisfazer as demandas e necessidades da criança. O artigo ainda assinala que ao adotar uma criança maior, também se adota o bebê que a integra, assim, a adoção pode ser circundada por diversas regressões, em que comumente a criança exige comportamentos próprios do desenvolvimento primário, como se buscasse tornar-se o único objeto de amor dos pais (Levy e Bittencourt, 2013).

Por fim, o artigo constata que ao passo que a mãe busca e consegue estabelecer uma identificação com a criança, mostra-se capaz de atender suas necessidades, assim como

acontece com o bebê, ele experiencia a integração de todas as suas funções corporais, e a partir deste momento se constitui como um ser completo, capaz de estruturar o eu de maneira plena, bem como sua continuidade (Winnicott, 2000/1956). Assim, apresenta a perspectiva do lar adotivo como ambiente terapêutico, possibilitando a reparação das negligências sofridas anteriormente pelo adotado, não deixando de considerar a possibilidade da criança apresentar sentimentos relacionados a raiva por ter vindo de um lar que não apresentou as mesmas condições e enfatizando a importância dos pais demonstrarem para o filho habilidade em administrar os sentimentos negativos direcionados a eles, permitindo a criação de um vínculo mais seguro e real.

O A3 apresentou resultados através de uma entrevista realizada com uma criança acolhida por negligência materna e que permaneceu na instituição de acolhimento por cerca de um ano. Durante a aplicação da entrevista e desenvolvimento do estudo, a criança estava em situação de guarda provisória a mais ou menos um ano. A pesquisa aponta que crianças maiores adotadas tendem a apresentar um silenciamento quando questionadas sobre aspectos relativos à sua vida anterior à adoção, enfatizando a necessidade de aprofundamento em relação ao silêncio como forma de comunicar sua história, considerando que não comunicar não indica a inexistência, mas que funciona como mecanismo de reiniciar sua história (Guimarães, 2010), mas que tende a se colocar como parte ativa em relação ao processo de adoção. Evidenciando a inserção em outro lar como parte de seu desejo, assim, se os pais optaram pela adoção daquela criança, ela também se colocou disposta a adoção, reiterando característica mútua do processo de adoção e compreendendo a bilateralidade como fator expressivo na construção de vínculos significativos (Bronfenbrenner e Morris, 2006).

O estudo identifica ainda aspectos relacionados à postura da criança frente a sua nova família. Propondo que a criança ao se referir a sua família atual como única, sem considerar sua família de origem, comunica a formação do sentimento de pertencimento efetivo no âmbito familiar que está inserida, elaborando em si a possibilidade de ser parte homogênea do grupo. Assim, ao pensar sobre construção desse sentimento de pertencimento é compreender que sua formação acontece por meio de processos de interação entre todos os membros da família, acontecendo de forma sucessiva e na realização de atribuições de forma conjunta, intensificando o elo parental (Bronfenbrenner e Morris, 2006). Os resultados ainda demonstram a existência de um processo interno da criança em integrar duas partes da sua história, ressaltando a importância da segurança e correlação entre mãe e filha, a fim de manter uma ligação afetiva entre as partes envolvidas no processo, garantindo seu desenvolvimento pleno.

A entrevista ainda considerou aspectos relacionados à interação com objetos e símbolos significativos e a interação com outros microssistemas, partindo da perspectiva de que apesar de ser pouco investigado, a relação da criança com os objetos que compõem o ambiente é bastante significativa, ao considerar o contexto da adoção de crianças maiores. O artigo se baseia na premissa de que as permanências em casas institucionalizadas colocam a criança em um contexto que coletiviza os objetos que fazem parte do seu dia a dia, e ao chegarem em um novo lar tendem a considerar os objetos que simbolizam o seu espaço dentro da casa, permitindo que a criança se perceba em um lugar de afeto dos pais (Bronfenbrenner e Morris, 2006).

O A5 realizou entrevistas com 10 indivíduos independentes, sendo 3 homens e 7 mulheres, que constituíam 3 famílias homoparentais, 3 monoparentais e 4 heteroparentais, de nível escolar superior que estão em processo de guarda provisória ou com o processo de adoção já efetivado. A partir dos resultados analisados, o estudo identificou sentimentos conflitantes comumente apresentados pelos interessados na adoção de crianças maiores ao refletirem sobre o que levou a criança a instituição de acolhimento. Os adotantes tendem a acreditar que o lar de origem dessas crianças, bem como sua herança genética podem tornar a inserção no novo lar difícil. Considerando ainda a permanência em instituições de acolhimento, que devido à grande demanda não conseguem abranger todos os cuidados necessários, favorecendo a dificuldade de realizar procedimentos básicos de higiene ao chegar no novo lar. Assim, torna-se essencial pensar sobre o mito que envolve a adoção de crianças maiores, que considera o aspecto biológico como único determinante do comportamento infantil, e que independente do esforço ou mudança de ambiente a criança sempre terá o “sangue ruim” pois foi de onde veio, comprometendo tanto a criação do vínculo como também o desenvolvimento da criança (Luz, Gelani e Amaral, 2014).

É importante destacar que o lugar de origem dessas crianças, assim como a permanência e acolhimento ferem seu processo de desenvolvimento pessoal, considerando que ao passo que estas crianças nascem e vivem os períodos iniciais da infância em um ambiente que desconsidera seus desejos e necessidades básicas, são colocadas em um local que mostra-se incapaz de atender as demandas que cada criança exige, individualmente, em consequência de um baixo número de funcionários e alta rotatividade, associado a um grande número de obrigações, baixo salário e falta de especialização (Altoé & Silva, 2013). Ainda é interessante pensar o impacto causado pela falta de condições em atender completamente às necessidades básicas de cada criança e adolescente durante sua permanência em instituições de acolhimento, que se apresentam como lacunas em seu desenvolvimento psicoafetivo e motor, a instabilidade tende a aparecer como um dos empecilhos para alcançar as demandas individuais de cada

criança (Baptista, Soares e Henriques,2013), resultando em pouca exposição a tarefas importantes para o seu desenvolvimento, bem como impossibilitando a criação de laços afetivos e podendo atrapalhar a construção de futuras ligações efetivas.

O estudo ainda pontua aspectos relacionados às consequências da negligência no desenvolvimento destas crianças, ressaltando que para que exista uma reparação é necessário o estabelecimento de uma rotina e conhecimento acerca do passado da criança. Considerando que diante do conhecimento da vida anterior dessas crianças torna-se possível compreender suas privações e por conseguinte suas inseguranças, muitos pais não possuem acesso ao histórico de vida da criança adotada, até mesmo as informações essenciais como doenças próprias da infância e marcos do desenvolvimento Gomes (2006), o que acaba dificultando o processo de reparar as lacunas existentes no desenvolvimento dessas crianças. Conhecer o passado da criança é dar a ela a chance de contar sua história e permitindo a ela a possibilidade de ressignificá-la (Silva et al., 2014). Estas vivências cheias de rupturas reverberam em sua identidade produzindo sentimento de insegurança em relação ao outro, e que fazem com que a criança produza um esforço psíquico excessivo para estabelecer novos relacionamentos, assim, levando em conta a constante instabilidade durante seu crescimento, ir para um novo lar tende a ser interpretado como um local arriscado (Silva et al,2014).

Outro aspecto mencionado e presente na adoção de crianças maiores está relacionado a linha tênue entre o amadurecimento precoce e a regressão infantil. Estas crianças se viram em um local em que a única opção era desenvolver sua independência na tentativa de conseguir atender suas necessidades básicas desde muito cedo, ainda que de forma precária (Altoé & Silva, 2013), mas que ao sentirem-se seguros e em um lar, apresentam comportamentos infantis, como expressão do desejo de ser cuidado. Ademais, o artigo ainda menciona que esta expressão de comportamento por parte da criança ou adolescente adotado corrobora com a ideia da adoção de forma mútua, onde a criança coloca-se de maneira ativa durante o processo de adoção, mostrando-se capazes de diligenciar a afetividade e a estruturação do amor filial, se colocando na relação de maneira mais efetiva do que um bebê (Costa e Rossetti-Ferreira,2007).

Em síntese, os artigos debatem acerca da importância de conhecer a história da criança que será inserida na família, entendendo que a partir da compreensão de suas inseguranças e rupturas, a família torna-se capaz de oferecer a esta criança um ambiente seguro e acolhedor, habilitado a produzir uma reestruturação na criança e proporcionar seu desenvolvimento. Entendendo assim a adoção de crianças maiores como uma via de mão dupla, em que a criança possui desejos e vivências anteriores, que não devem ser apagadas, mas integradas a sua nova história, permitindo sua participação ativa no processo de adoção e parte importante na

construção do vínculo filial. Partindo da perspectiva apresentada é possível perceber a construção do vínculo afetivo familiar, bem como daqueles formados nas instituições de acolhimento, como responsáveis por propiciar um ambiente que permita que a criança execute atividades, desenvolva relações e desempenhe papéis que irão exercer influência sobre seu desenvolvimento, em maior ou menor grau, confirmando assim que a criança sofre influência direta dos lugares que ocupa e das relações que estabelece, que reverberam no seu desenvolvimento de maneira integral (Bronfenbrenner,1996).

Assim, torna-se possível perceber o papel do apego como mecanismo de controle do sujeito, considerando que através das experiências vividas e do afeto recebido a criança mostra-se capaz de desenvolver representações mentais de suas figuras de referência, compreender a si mesmo e ao ambiente, se desenvolvendo de maneira saudável cognitivamente, se expressando e se estabelecendo socialmente através de suas emoções e comportamentos. Compreendendo a tendência humana para o apego, é possível considerar que a criança adotada, apesar dos constantes abandonos, instabilidades nas relações estabelecidas e experiências experimentadas anteriormente, ainda se mostram suscetíveis ao afeto (Dozier et al. 2001), existindo a possibilidade de produzir relações estáveis e de confiança, que tendem a resultar em indivíduos capazes de se desenvolver de maneira plena.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos analisados apresentaram a formação do vínculo afetivo como elemento basilar do processo de adoção, assim como os desafios que permeiam sua formação e as implicações no desenvolvimento de crianças maiores adotadas. Foi possível pensar a adoção de crianças maiores sob uma perspectiva crítica, buscando compreender como os estigmas e motivações afetam significativamente o processo de adoção tardia, que ainda é visto como uma forma de atender o desejo da parentalidade e não como meio de possibilitar que crianças negligenciadas tenham a oportunidade de estabelecer interações seguras e acolhedoras. Ressaltou também o trabalho realizado por Grupos de Adoção como elemento propulsor na desconstrução dos mitos e idealizações envoltas nesse processo, objetivando tornar a adoção tardia uma possibilidade entre os adotantes, além de evidenciar, ainda, a adoção, como um ato essencialmente socioafetivo.

Não bastando, é importante pontuar a carência de estudos que abordem, de maneira específica, a relação existente entre o vínculo afetivo e o desenvolvimento de crianças maiores adotadas, sendo apresentado nas produções científicas sob uma perspectiva generalista e em sua maioria com enfoque nas percepções e desafios do adotante. Também foi possível perceber uma lacuna referente a estudos científicos da literatura que abordem a temática da adoção tardia, evidenciando assim a necessidade de produções que busquem estudar e investigar o contexto de adoção de crianças maiores, bem como a repercussão destas experiências no seu processo de desenvolvimento.

Posto isto, através dos resultados apresentados, constatou-se a complexidade que envolve o processo de adoção de crianças maiores, bem como a importância de compreender e considerar suas experiências anteriores marcadas por rupturas e instabilidades, acrescida da ausência de um ambiente seguro, que geram como consequência marcas em seu desenvolvimento físico e psíquico. Dessa forma, a adoção tardia se apresenta como forma de propiciar à criança em acolhimento institucional a oportunidade de restabelecer o sentimento de pertencimento e ressignificar suas relações afetivas, contribuindo para um desenvolvimento saudável.

## REFERÊNCIAS

- Áries, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- Ariès, P. (1973). História Social da Infância e da família. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1989) Attachments beyond the infancy. *American Psychologist*, vol. 44, nº 4, pp. 709-716.
- Altoé, S., & Silva, M. M. (2013). Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos da Clínica* (São Paulo), 18(1), 125-141. Recuperado em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v18n1/a08v18n1.pdf>.
- Baptista, J., Soares, I., & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: Características da criança e da família adotiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(2), 396-404. Recuperado em <http://hdl.handle.net/10216/70543>.
- Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 1977.
- Bujes, Maria Isabel E. Escola Infantil: pra que te quero. In: Craidy, Carmem; Kaercher, Gládis E. (orgs.). Educação Infantil pra que te quero?. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- Bicca, A., & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155–167. Recuperado de <https://doi.org/10.4013/ctc.2014.72.04>.
- Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados. (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Publicação original em 1994).
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The biocological model of human development. In W. Damon, W., & R. M. Lerner, *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. (pp. 793-828). New York: John Wiley & Sons.
- Brasil. 2009. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009 Nova Lei Nacional da Adoção, Presidência da República, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm). Acesso em: 02/06/2016.
- Brasil, 2023. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Disponível em: <https://sna.cnj.jus.br/#/home>.
- Constituição Federal. (1988). Senado Federal.
- Costa, N. R., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425-434. <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>.
- Coimbra, Cecília M. B.; Leitão, Maria Beatriz Sá. Das essências às multiplicidades:

especialismo psi e produções de subjetividades. *Psicologia e Sociedade*, 2003, 15 (2), 6-17.

Campanha-Araujo, Ivy Campista, Nascimento, Célia Regina Rangel, & Rossetti, Claudia Broetto. (2020). Tornar-se filho: a perspectiva da criança no contexto da adoção tardia.

*Psicologia em Revista*, 26(1), 41-62. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p40-61>  
Carpigiani, Berenice. Erik H. Erikson – Teoria do Desenvolvimento Psicossocial. Disponível em: [http://www.carpsi.com.br/Newsletter\\_7\\_ago-10.pdf](http://www.carpsi.com.br/Newsletter_7_ago-10.pdf).

Brasil. Conselho Nacional de Justiça [acesso 2024 abril 16]. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/>.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça [acesso 2024 mai 24]. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/>.

Dozier, M., Stovall, K. C., Albus, K. E., & Bates, B. J. M. (2001). Attachment for infants in foster care: the role of caregiver state mind. *Child Development*, 72(5), 1467-1477.

Diniz, E., & Koller, S. H. (2010). O afeto como um processo de desenvolvimento ecológico. *Educar*, 36, p. 65-76.

Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 14(1), 73-80. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208>.

Ernandes, Rogério. Kuhlmann Júnior, Moysés. Sobre a história da infância. In: Faria Filho, Luciano Mendes. (org.). *A infância e sua educação – materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Eboli, N. M. G., Santos, P. L. dos, Carvalho, A. M. P., & Pasian, S. R. (2015). Parentalidade adotiva e psicopatologia infantil: Uma revisão da literatura. *Revista da SPAGESP*, 16(1), 122-134.

Gagnebin, Jeanne Marie. Infância e Pensamento. In: Ghiraldelli Jr, Paulo. (org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora da UFPR, 1997, p. 83 – 100.

Gonçalves, E. O. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado* Campinas: Servanda, 2011.

Gomes, K. (2006). A adoção à luz da teoria winnicottiana. *Winnicott e-prints*, 1(2), 51-68. Recuperado em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2006000200005&lng=pt&tlng=en](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200005&lng=pt&tlng=en)

Gomes, I. C., & Levy, L. (2016). A psicanálise vincular e a preparação de crianças para a adoção: Uma proposta terapêutica e interdisciplinar. *Contextos Clínicos*, 9(1), 109-117. doi:10.4013/ctc.2016.91.09.

Ghirardi, M. L. A. M. A. (2015). *Devolução de crianças adotadas: um estudo psicanalítico*. São Paulo, SP: Primavera Editorial.

Guimarães, L. A. (2010). *Conversando com crianças sobre adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Heywood, Colin. Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Hartup, W. (2000). Developmental science at the millennium. *International Journal of Behavioral Development*, 24(1), 2-4.

Heumann, S., & Cavalcante, L. I. C. (2018). Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70 (2), p. 22-37.

Fernández-Ríos, L., & Buela-Casal, G. (2009). Standards for the preparation and writing of Psychology review articles. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 9,329-344.

Freud, S. (1976a). Três Ensaio sobre as teorias da sexualidade (J.Salomão, Trad.). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud (Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).

Feist, G.; Feist, J. Teorias da Personalidade. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

Johson, D.E. 2002. Adoption and the effect on children's development. *Early Human Development*, 68(1):39-54. [https://doi.org/10.1016/S0378-3782\(02\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0378-3782(02)00017-8).

Nardi, F.L.; Dell'aglio, D.D. 2012. Adolescente em conflito com a lei: percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2):181-191. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000200006>.

Lampreia, C. (1992) *As Propostas Anti-Mentalistas no Desenvolvimento Cognitivo: Uma Discussão de seus Limites*. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Lantolf, J., Thorne, S. L., & Poehner, M. (2015). Sociocultural Theory and Second Language Development. In B. van Patten & J. Williams (Eds.), *Theories in Second Language Acquisition* (pp. 207-226). New York: Routledge.

Levinzon, G. K. (2014). *Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lei n. 8.069. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm).

Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009. (2009, 03 de agosto). Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências. Recuperado em 30 de janeiro de 2013, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm).

Levy, L., & Bittencourt, M. I. G. D. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: O papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, 17 (1), 41-53.

Mendes, K. D. S.; Silveira, R. C. C. P.; Galvão, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem Online*, Florianópolis, v. 17, n. 4, 758-764, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.

Machado, Letícia VÍer, Ferreira, Rodrigo Ramires, & Seron, Paulo César. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81. Recuperado em 27 de maio de 2024, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S223664072015000100006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223664072015000100006&lng=pt&tlng=pt).

Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O " lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: Revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. (2006). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília-DF.

Nascimento, Maria LÍvia; LACAZ, Alessandra Speranza; TRAVASSOS, Marilisa. Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. *Aletheia*. Universidade Luterana do Brasil, Canoas, Brasil, n. 31, enero-abril, p. 16-25, 2010.

Nunes, César. *Desvendando a Sexualidade*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

Palacios, J. (2007). Después de la adopción: necesidades y niveles de apoyo. *Anuario de Psicología*, 38(2), 181-198. Recuperado de <https://www.raco.cat/index.php/AnuarioPsicologia/article/view/74194/94358>.

Peiter, C. (2011). *Adoção, vínculos e rupturas: Do abrigo à família adotiva*. São Paulo, SP: Zagodoni.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasília, 1998) - BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.

Rose, N. (2001). Como se deve fazer a história do Eu? *Educação e Realidade*, v.26, n. 1, pp.33-57.

Rossini, M.A.S. *Pedagogia afetiva*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

Serra, E. & Zacaes, J. J. (1991). A que llamamos madurez . *Revista de Psicologia e de la Educacion*, 3(8), 1-18.

Serrano, S. A. (2011). Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigamento. In: M. C. Rossetti-Ferreira; S. A. Serrano & I. G.

Almeida (Orgs.). O acolhimento institucional na perspectiva da criança. São Paulo: Hucitec, 86-118 pp.

\_\_\_\_; Silva, E. A Educação Sexual da Criança. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

Silva, M. P. O., Guimarães, F. L., & Pereira, S. K. R. (2014). Caminhos da Adoção. In C. Ladvoat (Ed.), *Guia da adoção: No jurídico, no social, no psicológico e na família*. São Paulo, SP: Roca.

Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Machado, R. N. (2020). Motivações para adoção tardia: entre o filho imaginado e a realidade. *Psicologia Em Estudo*, 25. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44926>.

Taille, Y.; Dantas, H.; Oliveira, M.K. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

Valente, Jane. Família Acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de Acolhimento. São Paulo, 2013.

Wallon, H. Evolução psicológica da criança. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Weber, L. N. D & Cornélio, S. A. (1995). Filhos adotivos: Amores ou dissabores? Em Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Org.), *Caderno de Resumos, 46o Reunião Anual para o Progresso da Ciência* (p. 873). Vitória.

Weber, L. N. D. & Gagno, A. P. (1995). Onde estão os vínculos afetivos das crianças institucionalizadas? Em Congresso Latino-Americano de Psiquiatria da Infância e da Adolescência (Org.), *Caderno de Resumos, X Congresso de Psiquiatria* (p. 25). Curitiba.

Weber, L. N. D., Gagno, A. P., Cornélio, S. A. & Silva, M. L. (1994). Adoção: Pré-conceitos, conceitos e pós-conceitos. Em Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Org.), *Caderno de Resumos, 46o Reunião Anual para o Progresso da Ciência* (p. 854). Vitória: SBPC.

Winnicott, D. W. (1947). O ódio na contratransferência. In D. W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 277-287) Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. W. (1997). A adolescência das crianças adotadas. In M.A. V. Veronese, (Trad.), *Pensando sobre crianças* (pp. 131-140). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1955).

Winnicott, D. W. (2000). Desenvolvimento emocional primitivo. In *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 218-232). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1945).